

RAFAEL TORO
ACADEMIA DE FINANÇAS

ESCOLA NÚMERO 1 EM APROVAÇÃO 

Semana da 
APROVAÇÃO
Exame CFP®

Módulos 5 e 6

Planejamento Fiscal e Planejamento Sucessório

Atualizado em Setembro/2025.

Vigente para o Exame 51



Tenha acesso a **mais**
materiais gratuitos



Sobre a Academia Rafael Toro

Nosso foco está em fazer com que você conquiste a **APROVAÇÃO** na sua certificação financeira e, com isso, possa **avançar na sua carreira**.

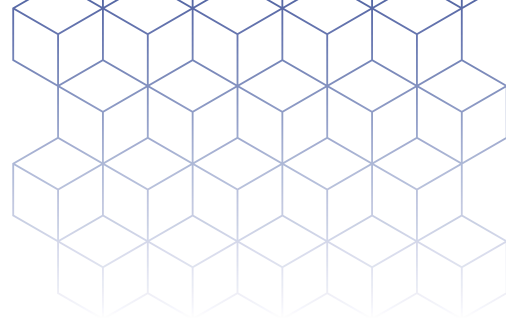
Atuamos desde 2017 ensinando profissionais do mercado financeiro os conteúdos necessários para que possam conseguir uma nova certificação, alcançando cargos mais elevados e de maior prestígio dentro das instituições financeiras e demais empresas em que trabalham.

Começamos a nossa história com o curso preparatório para a certificação CFP®, a certificação mais avançada para planejadores financeiros e private bankers no Brasil.

Com o tempo, expandimos nossa mesma metodologia de ensino de alta performance, extensivamente elogiada pelos nossos alunos, para as outras certificações do mundo financeiro, como CPA-20, CEA, Ancord, CNPI, CFG, CGA, e outras, bem como nossos cursos livres, MBA, e outros produtos educacionais.

————→ A dor passa,
**O CERTIFICADO
FICA!**





Sumário

Módulo V - Planejamento Fiscal

- Questão 01 – Código: [451021]..... 4
- Questão 02 – Código: [452147]..... 4
- Questão 03 – Código: [204421].....4
- Questão 04 – Código: [455118].....5
- Questão 05 – Código: [456109]..... 5

Módulo VI - Planejamento Sucessório

- Questão 06 –Código: [463088].....6
- Questão 07 – Código: [463089].....6
- Questão 08 – Código: [463090]..... 6
- Questão 09 – Código: [464034]..... 7
- Questão 10 – Código: [464035]..... 7



SA17 - CFP Módulo V

01 [451021] Uma grande empresa privada construiu um shopping center em um bairro residencial, que até então era tranquilo e de menor valorização. Com a chegada do shopping, o bairro passou por um grande desenvolvimento: novas lojas, serviços e melhorias na infraestrutura local surgiram. Isso gerou uma valorização significativa dos imóveis, beneficiando financeiramente os proprietários das casas na região, que viram seus bens se tornarem mais valiosos. Os moradores, no entanto, ficaram preocupados ao ouvir rumores de que o governo poderia cobrar uma contribuição de melhoria, uma vez que suas propriedades foram valorizadas em consequência desse novo empreendimento. Desta forma, podemos afirmar que

- a) a cobrança é devida ao Município.
- b) a cobrança é devida ao Estado.
- c) a cobrança é devida à União.
- d) não haverá incidência de tributo.



02 [452147] Em setembro de 2024, ocorreram as seguintes vendas de um cliente:

I - Venda do seu único imóvel por R\$ 420 mil, adquirido há 5 anos por R\$ 200 mil, sendo este o único imóvel vendido nos últimos 5 anos.

II - Venda de um carro por R\$ 75 mil, adquirido por R\$ 50 mil.

III - Venda de um ETF de Ações na B3 por R\$ 33 mil, adquirido por R\$ 28 mil.

Considerando a legislação tributária brasileira, o imposto de renda total pago pelo contribuinte (pessoa física) sobre as alienações realizadas em setembro de 2024 foi de:

- a) R\$ 750,00
- b) R\$ 4.500,00
- c) R\$ 33.000,00
- d) R\$ 37.500,00



03 [204421] Um investidor deseja aplicar seus recursos em investimentos onde não haverá recolhimento de IOF e busca um profissional do mercado financeiro para lhe orientar. Este profissional se depara com as seguintes operações como opções:

I - Aplicação em Clubes de Investimentos.

II - Negociações com Cédulas do Produtor Rural (CPR) realizadas no mercado de balcão organizado.

III - Negociações com Warrant Agropecuário (WA).

IV - Aplicação em Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

V - Aplicação em Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

VI - Aplicação em Letra Financeiras (LF) com cláusula de subordinação.

Diante das operações acima, um profissional deveria ofertar a este investidor:

- a) IV e VI, apenas.
- b) I, II, III, IV e V, apenas.
- c) I, II, III, V e VI, apenas.
- d) I, II, III, IV, V e VI.



04 [455118] Com relação a tributação do imposto de renda sobre dividendos recebidos no exterior, podemos afirmar que:

- a) Deverá sempre ser pago novamente no Brasil.
- b) Caso não tenha sido cobrado no país de origem, será cobrado no Brasil.
- c) Se tratando de dividendos recebidos nos Estados Unidos, o Brasil possui um acordo onde poderá ser deduzido do IRPF o imposto sobre a renda pago no país de origem dos rendimentos.
- d) A tributação seguirá a tabela progressiva de 0 a 27,5%, através do carne-leão, podem ser abatido o imposto pago no país de origem.



05 [456109] Em 2019, Marco decide realizar um planejamento fiscal e realiza diversas operações para pagar menos imposto, como por exemplo, constituição de holding para seus imóveis e realização de PGBL. No imposto de 2020, ele declara todas essas operações e percebe uma diminuição no seu imposto de renda. Porém, no ano de 2021, quando Marco está realizando sua declaração do imposto de renda, se recorda que não realizou o PGBL em 2020 e, diante disso, mesmo não sendo amparado pela lei, decide lançar despesas médicas que não ocorreram em 2020. Desta forma, respectivamente, essas atitudes que Marco praticou correspondem a:

- a) Sonegação fiscal e Evasão fiscal.
- b) Elisão fiscal e Evasão fiscal.
- c) Elisão Fiscal e Evasão de divisas.
- d) Evasão fiscal e Elisão fiscal.



SA17 - CFP Módulo VI

06 [463088] Após o falecimento de um homem solteiro, sem filhos, foi aberto processo de inventário. Sua única ascendente viva, a mãe, renunciou expressamente à herança. O falecido não deixou cônjuge, nem descendentes, mas deixou colaterais: uma tia paterna (Bernadete), uma prima (filha de outro tio paterno já falecido) e um sobrinho, filho de irmão do falecido que havia morrido antes dele. Com base nas regras de sucessão legítima e no Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- a) a herança será dividida igualmente entre a tia Bernadete e a prima, ambas colaterais vivas até o 4º grau.
- b) a totalidade da herança caberá ao sobrinho, recebendo por direito próprio.
- c) a herança será partilhada entre a tia Bernadete e o sobrinho, sendo este último herdeiro por representação.
- d) a herança será destinada exclusivamente à tia Bernadete, por ser colateral de grau mais próximo do falecido.



07 [463089] Carlos e Marina casaram-se inicialmente sob o regime da comunhão parcial de bens. Após vinte anos de união, decidiram formalizar a mudança para o regime de separação total de bens, por escritura pública, devidamente homologada judicialmente. Anos depois, Carlos faleceu, sem deixar descendentes, mas com ambos os pais ainda vivos. Sabendo que Carlos era o único provedor de renda e considerando as regras do Código Civil sobre o direito sucessório do cônjuge sobrevivente, é correto afirmar que Marina teria maior participação no patrimônio de Carlos:

- a) se permanecesse casada sob o regime da comunhão parcial, pois teria direito à meação e também à herança.
- b) sob o regime de separação total, pois Marina terá direito à totalidade da herança, em concorrência com os pais do falecido.
- c) sob o regime de separação total, pois, mesmo casada sob separação total, será herdeira necessária e receberá, no mínimo, metade do patrimônio de Carlos.
- d) no regime atual, pois a mudança para o regime de separação total de bens garante a Marina, como cônjuge sobrevivente, prioridade absoluta na sucessão.



08 [463090] João e Ana foram casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, acumularam R\$ 500 mil em bens comuns e R\$ 1.000.000,00 em bens particulares pertencentes exclusivamente a João, que os havia adquirido por herança. Ao tempo da separação, o casal possuía uma dívida conjunta de R\$ 300 mil, originada de empréstimo utilizado para a reforma do imóvel comum. Diante dessa situação e considerando as disposições do Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- a) a dívida deverá ser descontada apenas da parte de João, pois ele possui bens particulares suficientes para quitá-la.
- b) a dívida de R\$ 300 mil deverá ser abatida integralmente do patrimônio comum, antes da apuração das quotas de cada cônjuge.
- c) a dívida não afeta a partilha, pois o patrimônio particular de João é superior à dívida do casal.
- d) a dívida será dividida entre João e Ana na proporção de seus patrimônios individuais, inclusive com responsabilidade sobre os bens particulares de cada



09 [464034] Em inventário judicial, instaurado após a abertura de testamento público, o testamenteiro regularmente nomeado promoveu diversas diligências, liquidou dívidas do espólio, vendeu bens, acompanhou a entrega de legados e prestou contas de sua atuação. Ao final do processo, pleiteou remuneração pelos serviços prestados. Diante da controvérsia instaurada entre herdeiros e legatários quanto ao valor devido, o juiz determinou o pagamento de um percentual sobre o monte partilhável. Com base no Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- a) a remuneração do testamenteiro é obrigatória e deverá corresponder a, no mínimo, 10% do valor total da herança, independentemente da complexidade da função exercida.
- b) o testamenteiro exerce função gratuita, salvo estipulação expressa do testador em contrário, sendo vedada remuneração judicial supletiva.
- c) o testamenteiro faz jus à remuneração proporcional à importância do trabalho realizado, limitada a até 5% do valor da herança líquida, salvo estipulação diversa no testamento.
- d) a remuneração do testamenteiro será sempre fixada livremente pelos herdeiros, que podem indeferir-la caso considerem que o espólio sofreu prejuízo.



10 [464035] Um homem recebeu três bens distintos por doação inter-vivos:

(I) uma fazenda, doada sem qualquer encargo ou cláusula restritiva;

(II) um apartamento doado por sua tia, com cláusula expressa de reversão em caso de falecimento do donatário; e

(III) um imóvel doado por seu tio, com reserva de usufruto vitalício em favor do próprio doador.

O donatário falece, sobrevivendo-lhe o tio e a tia. À luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) todos os bens integrarão a herança, pois foram adquiridos por ato de liberalidade, sem condição suspensiva.
- b) apenas a fazenda integrará a herança, já que os demais bens estavam gravados com cláusulas restritivas que impedem sua transmissão.
- c) tanto a fazenda quanto a nua-propriedade do imóvel doado pelo tio serão herdadas; o apartamento retornará à tia doadora por força da cláusula de reversão.
- d) nenhum dos bens poderá ser transmitido aos herdeiros, pois estavam sujeitos a cláusulas que extinguem o direito do donatário com sua morte.



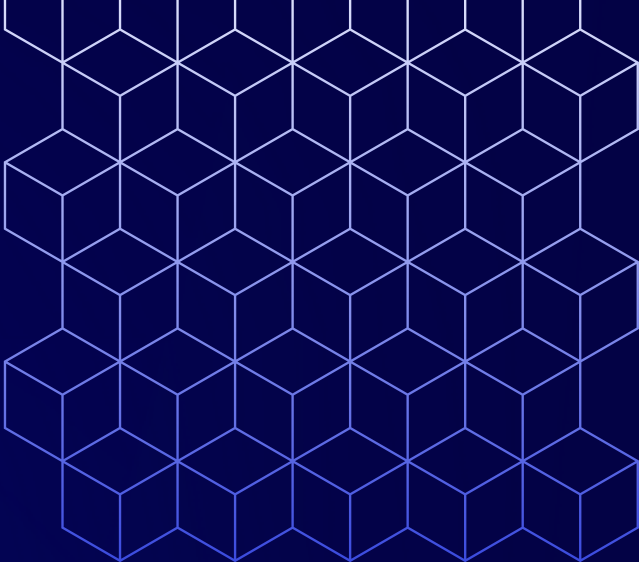
Gabarito

SA17 - CFP Módulo V

01. D	02. B	03. C	04. C	05. B
-------	-------	-------	-------	-------

SA17 - CFP Módulo VI

06. B	07. A	08. B	09. C	10. C
-------	-------	-------	-------	-------



RAFAEL TORO

ACADEMIA DE FINANÇAS

ESCOLA NÚMERO 1 EM APROVAÇÃO 

